

# A seleção das fontes via WhatsApp no *BandNews Rio*, 1ª edição, e os conceitos de participação, interação e acesso<sup>1</sup>

**Luãn José Vaz Chagas**

Mestre em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista Faperj e integrante do Grupo de Pesquisa em Mediações e Interações radiofônicas. E-mail: luaanchagas@gmail.com

<sup>1</sup>Artigo revisado e ampliado após apresentação após apresentação no 15º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPIOR).

**Resumo:** O artigo analisa as interações entre ouvintes e jornalistas via WhatsApp no *BandNews Rio*, 1ª edição, e a forma pela qual são acionadas como fontes para a construção da notícia no rádio. Com base no modelo AIP, de Carpentier, e na distinção entre os conceitos de participação, interação e acesso, diferenciam-se os modelos de subsídio de informações pela audiência no radiojornalismo. O objetivo é analisar a seleção das fontes populares e o exercício de encaixe temático dessas vozes em lugares de fala distintos dos setores profissionalizados ou oficiais da sociedade.

**Palavras-chave:** Fontes; Diversidade; Participação; Interação; Acesso.

**The selection of sources via WhatsApp in radio journalism and the concepts of participation, interaction and access**

**Abstract:** The article analyzes the interactions between listeners and journalists via WhatsApp in *BandNews Rio*, 1<sup>st</sup> edition, and how they are used as sources for the construction of news on the radio. Based on Carpentier's AIP model and on the distinction between the concepts of participation, interaction, and access, the study differentiates the models of information subsidy by the audience in radio journalism. Our objective is to analyze the selection of popular sources and the thematic fitting of these voices in distinct places of speech from professional or official sectors of society.

**Keywords:** Sources; Diversity; Participation; Interaction; Access.

## Introdução

Manhã de quinta-feira, 18 de maio de 2017. A delação da JBS e o áudio vazado envolvendo o presidente da República, Michel Temer (MDB), provocam uma correria nas redações de jornais, emissoras de rádio e televisão e no próprio Congresso Nacional. Na *BandNews FM Rio de Janeiro* pipocam novos áudios, informações e entrevistas de congressistas que pedem a renúncia do presidente. Há também aqueles que o defendem e os que preferem esperar o desenrolar dos acontecimentos e uma perícia oficial sobre a gravação. Ao mesmo tempo, a população envia mensagens via WhatsApp. Elas, contudo, não são sobre o assunto: repassam informações sobre as melhores condições para chegar ao centro do Rio de Janeiro, que vias estão mais tranquilas no acesso à Linha Amarela e o tempo de espera na Ponte Rio-Niterói.

O caso demonstra uma seleção das fontes no radiojornalismo, que não necessariamente utiliza as mesmas vozes sociais para abordar determinados assuntos. Enquanto os congressistas falam sobre a crise política, a população “parece” estar mais preocupada com o trânsito. Como considerar esse movimento no âmbito da participação popular no radiojornalismo enquanto fontes das notícias? O presente artigo analisa a presença dos ouvintes via WhatsApp no *BandNews Rio*, 1ª edição, ao longo de uma semana (3 a 7 de julho de 2017) nas manhãs, que representam horário nobre do rádio. A partir do modelo AIP que diferencia os conceitos de participação, interação e acesso (CARPENTIER, 2012; MOLOTCH; LESTER, 1999), o objetivo é enxergar as formas como essas fontes são selecionadas e acionadas nas temáticas sociais.

A hipótese é que a seleção é realizada visando temas específicos, não configurando uma participação em si, como define o conceito, mas uma pré-determinação a partir da interação mediada, que não resulta na diversidade e pluralidade de vozes no radiojornalismo. Com isso, pretende-se discutir até que ponto essas vozes são domesticadas (PINSELER, 2015) a não influenciar a continuidade de debates e a abordagem das notícias enquanto agentes secundários, numa relação de poder entre jornalistas e o conjunto de fontes.

## Modelo AIP: Participação, interação e acesso dos ouvintes

As diferenças entre os conceitos de participação, interação e acesso – tratados muitas vezes como sinônimos – provocam uma série de equívocos nas análises sobre a presença da audiência nos conteúdos midiáticos. O discurso sobre interatividade como um fruto da cultura participativa, como apontado por Jenkins (2008), não permite um aprofundamento nos estudos sobre a relação entre os novos atores e a sociedade (PRIMO, 2007). Até mesmo estratégias de treinamento de setores populares, como fez o “Parceiro do RJ”, foram iniciativas que tentaram novas abordagens e não levavam necessariamente a conteúdos mais diversos ou inovadores (BECKER, 2012).

Procuramos, aqui, aprofundar os conceitos de participação, interação e acesso no modelo AIP de Carpentier (2012) como base para categorizar as formas que o processo de *gatekeeping* das vozes sociais assume naquilo que Shoemaker e Vos (2011) chamam de canal da audiência. Com o objetivo de fugir de considerações otimistas e pessimistas no que condiz às possibilidades de participação, busca-se aqui um enfoque nas origens do conceito, presentes na teoria democrática, com o objetivo de delimitar os significados e suas aplicações no cenário do radiojornalismo.

A crítica à superficialidade nas abordagens sobre participação foi fruto de uma conversa entre Jenkins e Carpentier (2013), em Praga, na República Checa, durante um simpósio sobre o empoderamento das audiências na era da convergência. O autor americano reconheceu, no debate, a necessidade de aprofundamentos conceituais que não se limitem ao modelo mercadológico das empresas que produzem uma aparência de poder e influência. Carpentier, por outro lado, salientou a referência política e social que o conceito carrega e a importância de pesquisas que diferenciem os mecanismos pelos quais a audiência está presente nas mídias.

É preciso, no entanto, entender que o ouvinte de rádio sempre esteve ativo no processo de assimilação das mensagens em um processo de mediação por diferentes instâncias (KISCHINHEVSKY, 2016; MARTÍN-BARBERO, 2006). Já nos anos 1980, Erving Goffman (2008: 305), estudando o modo de locução triangular nos *talk-shows* radiofônicos, identificava que o mestre de cerimônias além de sustentar as conversas num modelo de fala espontânea, tratava a audiência como “um participante ratificado, apesar de não poder assumir o papel de falante” (2008: 302). Para o autor, o formato de produção que define o envolvimento dos falantes se altera em diversos momentos – desde a presença dos responsáveis pela apresentação até o “status de participação”, no caso do ouvinte.

A menção da audiência é uma das características do meio nesse modo de locução triangular que tenta reproduzir uma situação de conversa informal numa interação face a face multiparticipantes. Segundo Goffman (2008) a ideia de ouvinte está inserida também no efeito de fala espontânea e fluente que a todo o momento o rádio procura reproduzir. Até mesmo nas entrevistas com convidados que se tornam rotineiras nos *talk shows* do período, o locutor volta-se para a audiência. A locução “direta”, quando direcionada “como se cada ouvinte individual fosse único” numa simulação de conversa telefônica, é outra característica apresentada pelo autor (GOFFMAN, 2008: 305).

Ainda que preocupado com o percurso dos erros na fala do rádio, o autor oferece um importante estudo na área do interacionismo simbólico, também revelando características essenciais da ideia de participação no discurso convencional. Goffman aponta que o participante desse processo procede com a utilização de “marcadores discursivos que passam o direito e dever de fala ao falante anterior” e podem “gerar discurso ao referir-se a sua própria situação” (2008: 323). Os apontamentos nos ajudam a definir conceitualmente os modos de apresentação dos ouvintes numa escala de poder de fala e do reconhecimento de duas variáveis: a seleção das fontes, uma das características do jornalismo; e a hegemonia das audiências nos modos de percepção e leituras das mensagens midiáticas.

Participar vem do latim *particeps*, que significa aquele que faz parte, que reparte algo. Com base nas definições de Carole Pateman (1992) sobre participação plena na teoria democrática, Carpentier (2012) afirma que o conceito tem como base a tomada de poder, a influência nos processos de decisão e a possibilidade de tomar parte de algo, como expressa a origem da palavra. O autor conceitua a participação dentro de seis questões: a) tem como elemento fundamental a distribuição de poder, seja na política institucionalizada, seja em campos como os meios de comunicação, num nível macro e micro; b) está situada em processos e localidades particulares, envolvendo atores específicos, sendo, então, necessário entender as posições de poder; c) é parte das lutas de poder na sociedade; d) não se baseia na substituição da diferença hierárquica pela igualdade total, ao contrário do que pregam as fantasias democrático-populistas; e) é um ato convidativo, não necessariamente imposto; e f) difere do acesso e da interação em suas origens teóricas e significados.

O autor argumenta que interação é parte da construção de sentido por meio de experiências vivas e intersubjetivas expressadas pela linguagem. Assim, está ligada à história da teoria sociológica no âmbito do estabelecimento de relações socio-comunicativas (CARPENTIER, 2012). Já o acesso é conceituado como a forma segundo a qual determinadas vozes estão presentes dentro das organizações de mídia. A partir disso é possível analisar os três conceitos de formas diferentes, mas o acesso e a interação devem ser considerados como condições de possibilidade da participação.

<b>Acess (presence)</b>				
	<b>Technology</b>	<b>Content</b>	<b>People</b>	<b>Organizations</b>
<b>Production</b>	Presence of (proto-) machines to produce and distribute content	Presence of previously produced content (e.g., archives)	Presence of people to co-create	Presence of organizational structures and facilities to produce
<b>Reception</b>	Presence of (proto-) machines to receive relevant content	Presence of (relevant) content	Presence (of sites) of joint media consumption	Presence of organizational structures to provide feedback to
<b>Interaction (socio-communicative relationships)</b>				
	<b>Technology</b>	<b>Content</b>	<b>People</b>	<b>Organizations</b>
<b>Production</b>	Using (proto-) machines to produce content	Producing content	Co-producing content as group or community	Co-producing content in an organizational context
<b>Reception</b>	Using (proto-) machines to produce content	Selecting and interpreting content	Consuming media together as group or community	Discussing content in an organizational context (feedback)
<b>Participation (co-deciding)</b>				
	<b>Technology</b>	<b>Content</b>	<b>People</b>	<b>Organizations</b>
<b>Production</b>	Co-deciding on/with technology	Co-deciding on/with content	Co-deciding on/with people	Co-deciding on/with organizational policy

*Quadro 1: Modelo AIP*

*Fonte: Carpentier (2007)*

Enquanto o acesso permite a entrada dos atores em determinados espaços, a interação é uma segunda condição de possibilidade no estabelecimento de uma relação socio-comunicativa entre seres humanos ou objetos. Mesmo assim, é preciso reconhecer que os dois casos possuem uma dimensão de poder que não se traduz em um processo de tomada de decisão. Carpentier (2012) argumenta que é na justaposição ao acesso e à interação que a participação é traduzida como política e, conseqüentemente, no envolvimento dos atores nos processos de tomada de decisão. A qualificação das formas de acesso e interação reintroduz uma perspectiva de luta ligada à busca pelo equilíbrio nessas relações de poder.

Nesse sentido, a distinção entre uma participação autêntica do acesso e da interação permite analisar as diferentes lutas sociais por “intensidades participativas”. Ainda que o próprio autor reconheça que conceitos maximalistas como de Patelman sobre a plena participação sejam difíceis de traduzir nas práticas sociais, é necessário distingui-los nos estudos que revelem diferenças de poder entre atores sociais. Questões como a lógica de concessões distribuídas a apadrinhados políticos e as formas de interação em momentos de crise – como as manifestações durante a Copa das Confederações (KISCHINHEVSKY, 2016) – são apenas a ponta do iceberg nas formas segundo as quais são apresentadas notícias que buscam o aumento da presença da audiência no cotidiano do jornalismo e como elas são selecionadas.

Para Alex Primo (2013), há uma série de contradições no chamado jornalismo participativo ou colaborativo. A chamada “ressaca da cibercultura” está envolvida por exemplos como o surgimento de movimentos contra-hegemônicos na web, ao mesmo tempo em que o grande capital também se reinventa e se apropria de estratégias colaborativas na produção de conteúdo. Usando a lógica da democratização, Primo afirma que a interatividade se torna argumento de venda tanto na economia como no campo (ou mercado) teórico.

Nesse sentido, o uso do termo estaria associado ao encantamento das tecnologias informáticas como uma “ilusão da expressão”. Mesmo no caso do mercado, argumenta, a possibilidade de diálogo não ganha a importância necessária, mas sim um diálogo baseado em bancos de dados como símbolo dessa interação:

Mas, ora, se o que está em jogo é a comunicação (a ação compartilhada) e a interação (a ação entre) mediada, por que tantos estudos sobre “interatividade” esquecem-se de tratar do diálogo mediado pelo computador? Quando o fazem, porém, tratam do tema de forma metafórica: a máquina “dialogando” com o internauta. (PRIMO, 2007: 57)

A interação mediada defendida pelo autor se aproxima do conceito de interação de Carpentier (2012), que considera as relações socioespaciais entre humanos e objetos. O conceito de acesso é relacionável com a categorização de Molotch e Lester (1999), que reconhecem as fontes como promotoras dos acontecimentos: a) acesso habitual à mídia, como é o caso de fontes oficiais, sobretudo altos funcionários do governo; b) acesso disruptivo, quando os acontecimentos promovidos se tornam um problema para os poderosos em manifestações, ocupações e outras atividades das fontes; c) acesso direto com a investigação de dados promovida pelos jornalistas com a criação de novas ocorrências.

O modelo AIP (CARPENTIER, 2007) define as posições em que a sociedade está presente no discurso da mídia, nos aspectos tecnológicos, de conteúdo, pessoalmente e como organizações na produção e recepção. Nosso foco, para o estudo aqui apresentado está na produção de conteúdo em que o jornalismo seleciona os acontecimentos e as fontes na construção das notícias (ALSINA, 2009). Nessa categoria, o acesso condiz à presença dos agentes da sociedade nos conteúdos produzidos pelo radiojornalismo, enquanto a interação advoga o ato de estar produzindo, e a participação é decisão conjunta sobre os conteúdos e sua natureza.

Na esteira dessa discussão, Jan Pinseler (2015), professor da Universidade de Magdeburg-Stendal, propõe o conceito de vozes domesticadas para entender as relações de poder presentes na relação entre os jornalistas e ouvintes em *talk shows* de programas regionais na região da Alta Saxônia, Alemanha. Para o autor, os ouvintes estão dentro dos programas de rádio de forma explícita ou implícita, já que são focos de qualquer produção radiofônica. A partir de uma análise das conversações em quatro emissoras, o autor procura mostrar como formas institucionalizadas de interação são diferentes das conversas cotidianas diárias, revelando uma ordem social nessa organização. Procuramos pensar nisso, neste artigo, partindo do processo de seleção dos ouvintes que se configuram como fontes da construção noticiosa (LOPEZ, 2010; KISCHINHEVSKY, 2016).

Para Pinseler (2015), é preciso analisar tanto a forma como o conteúdo, o que é dito e quais ideias são enquadradas a partir do processo de escolha entre os que devem falar e os que não possuem a chance de fazer valer seus argumentos. Utilizando-se dos conceitos de participação, interação e acesso de Carpentier, o autor divide a presença dessas vozes em *ouvintes imaginados*, *vozes dos ouvintes* e *conversações com ouvintes*. Os ouvintes imaginados são a categoria de aparição mais comum nos programas de rádio, de forma direta e indireta. Segundo ele, esse agente está presente o tempo todo nas sugestões do jornalista ou apresentador quando dialoga ou produz algo voltado a um público imaginário, de forma indireta. No aspecto direto estão os casos em que os apresentadores citam o feedback retirado de redes sociais ou outras plataformas. Existem, ainda, os casos em que as emissoras solicitam ações por parte dos ouvintes em enquetes e promoções.

As vozes dos ouvintes aparecem sempre em conjunto com o texto do locutor na busca pelo que Pinseler (2015) chama de comunalidade geográfica. A busca por experiências cotidianas, declarações de gosto musical ou então a repetição de slogans como “a rádio de todos nós” ou então “essa é a nossa rádio” são mostras de uma voz que aparece de forma presumida sem necessariamente uma interação verbal. Por fim, as conversações com ouvintes vão desde as entradas ao vivo na programação até mesmo à leitura de citações de redes sociais como Twitter e Facebook. A respeito das conversas ao vivo, o autor destaca que os editores e produtores selecionam quem falar com base em possíveis respostas, indicando uma posição de poder e controle do fluxo e conteúdo da conversa.

Pinseler conclui que, mesmo presentes nas emissoras de rádio todas as manhãs, esses agentes não possuem uma voz. As conversas são gerenciadas e há um processo de definição prévia de quem fala e como fala tanto no formato ao vivo como nas redes sociais. Dessa forma, essas vozes são utilizadas para “criar uma impressão de participação do ouvinte”. A necessidade de uma formação de comunidade a partir das experiências compartilhadas em um espaço geográfico não se constitui na expressão de ideias, crenças ou argumentos, mas em vozes domesticadas que são utilizadas e encaixadas no processo editorial. O autor ainda argumenta que isso não se constitui nem como acesso nem como interação nas definições de Carpentier (2012), já que somente interessam aos programas radiofônicos para preencher materiais pré-definidos: “o que parece uma participação de ouvinte é, na maioria das vezes, um produto de profissionais de rádio que usam vozes de ouvintes para produzir a aparência de uma audiência que se envolve ativamente no programa” (PINSELER, 2015: 67).

No caso do radiojornalismo em que os ouvintes se configuram como fontes, e dessa forma, estão pré-dispostos ao processo de seleção noticiosa, até que ponto essas vozes são domesticadas (PINSELER, 2015)? Os conceitos permitem ampliar as considerações na seleção dos ouvintes como fontes no radiojornalismo e contribui para diferenciar os âmbitos da participação, interação e acesso aos conteúdos noticiosos. Assim, é possível olhar para os programas jornalísticos como espaços de disputas de sentido no cotidiano de acontecimentos cada vez mais numerosos que refletem diferentes interesses. Por fim, são pontos de partida para a análise de quem possui voz nos debates sociais e da forma como se constituem na promoção dos acontecimentos que serão abordados pelo jornalismo.

### **A audiência como fonte: participação ou interação?**

Para o estudo, partimos de alguns pressupostos já dimensionados nos estudos sobre a presença das vozes populares no radiojornalismo. O primeiro deles é que o rádio possui mecanismos de interação comunicacional com os ouvintes desde os seus primórdios, com auditórios, envio de cartas dos ouvintes e até mesmo a utilização do telefone para apuração e checagem de informações (FERRARETTO, 2014). De acordo com Lopez (2010), com o subsídio de informações, pautas, entre outros dados, o público que entra em contato com equipes de apuração se torna fonte no noticiário radiofônico.

Ainda nesse sentido, Kischinhevsky (2016: 106) argumenta que, com o desenvolvimento cada vez maior de mecanismos de contato via redes sociais e outros aplicativos, “a interação com os ouvintes tornou-se tão estratégica que, em alguns casos, passou a nortear áreas de coberturas específicas, sobretudo o noticiário sobre trânsito”. Em uma pesquisa sobre a utilização do perfil do Facebook da rádio Central Brasileira de Notícias (CBN) nas manifestações durante a Copa das Confederações, o autor argumenta que nem sempre a narrativa na rede social acompanhava os acontecimentos nas ruas. Aquela que foi a “Copa das Mobilizações” mostrou também que as interações entre jornalistas e ouvintes via redes sociais não se convertem automaticamente em democratização, já que, na grande maioria das vezes, o público não possui condições materiais para produzir conteúdo em áudio (KISCHINHEVSKY, 2016).

Monclús et al. (2015), em uma análise quanti-qualitativa da presença dos ouvintes nos perfis de emissoras catalãs no Facebook e Twitter, revelaram que as novas mídias oferecem oportunidades e limites ao envolvimento do público na produção de conteúdo. Assim como apresenta Kischinhevsky (2016), os autores mostram que, por mais que o público expresse suas opiniões sobre o que é abordado no dial, nem sempre geram impactos na transmissão analógica, limitando o nível de interação para apenas entre os usuários dos sites na internet. O estudo sobre o nível de participação, com base no modelo AIP, aponta que o público espanhol é limitado ao modo de interação, pois não tem poder de decisão: “o discurso no ar influencia o online, mas o discurso online não influencia o ao vivo”<sup>2</sup> (MONCLÚS et al., 2015: 112).

<sup>2</sup> No original: “The on-air discourse influences the online one, but the online discourse does not influence the on-air one” (MONCLÚS et al., 2015: 112).

Quadros (2013), com base em Klockner (2011), propõe sete categorias para definir as formas de interatividade no rádio. Diante das críticas de Primo (2007) à “interatividade”, utilizamos as correções no termo para interação, presentes em Kischinhevsky (2016): a) Interação dialógica simples: trocas comunicacionais de forma pública ou privada sem interferência direta no conteúdo sonoro; b) Interação dialógica ampliada: trocas comunicacionais de forma pública ou privada com interferência no conteúdo sonoro; c) Interação dialógica imediata: trocas entre emissora e ouvinte de forma pública, ao vivo na programação; d) Interação dialógica simples: resposta a iniciativas da emissora em plataformas como redes sociais; e) Interação reacional ampliada: resposta a iniciativas da emissora em plataformas como redes sociais com interferência no conteúdo sonoro; f) Participação espontânea simples: manifestações isoladas do ouvinte sem interferência no conteúdo sonoro; e g) Participação espontânea ampliada: manifestações isoladas do ouvinte com interferência no conteúdo sonoro.

Mais recentemente, em entrevista com profissionais de rádio da cidade de Santa Maria, no Rio Grande Sul, Quadros e Oliveira (2016: 110) percebem que a “participação é vista como positiva por ampliar as opções de pautas jornalísticas e criar vínculos entre a emissora e seus ouvintes”. Por outro lado, os profissionais afirmam que, ao assumir a função de seleção das informações vindas do público, seu tem a importância ampliada. Quadros e Amaral (2016: 120), analisando a narrativa radiofônica, revelam que, por mais que os mecanismos tenham se intensificado no processo de trocas, “os ouvintes ainda não são capazes de interferir diretamente no texto jornalístico”.

Diante das considerações e a definição conceitual de Carpentier (2007; 2012), como é possível considerar o envio de informações pelos ouvintes como participação, interação ou acesso? Os procedimentos metodológicos para o estudo foram realizados em dois movimentos. O primeiro foi a coleta das informações do programa *BandNews Rio*, 1ª edição, veiculado das 9h30 às 12h (horário nobre do rádio no Rio de Janeiro), ao longo de uma semana – de 3 a 7 de julho de 2017. A escolha da semana se justifica porque os dias escolhidos não rompem com lógica cotidiana por não possuírem coberturas especializadas ou relativas desastres, o que poderia influenciar nas conversas entre produtores e público por meio do WhatsApp.

Nesse caso, o foco de análise foi todo conteúdo sonoro no qual o ouvinte subsidiou aos jornalistas informações, configurando-o como fonte (LOPEZ, 2010). O segundo movimento foi a utilização das categorias de Quadros (2013), que dão importância à interferência no conteúdo sonoro e aos temas nos quais os ouvintes são encaixados a partir dos acontecimentos abordados no noticiário. Esse uso se deu visando duas questões: a) a forma da menção – direta (com a voz dos ouvintes) ou indireta (sem a voz dos ouvintes) – e b) a possibilidade de interferência no andamento da cobertura após a informação ser repassada – nesse caso, consideramos os ouvintes como fontes populares (SCHMITZ, 2011; PINTO 2000; LAGE 2001) e, por sua vez, secundárias (HALL et al., 1999), já que, na maioria das vezes, aparecem respondendo a decisões dos chamados definidores primários, formados por fontes oficiais.

Os dados revelam uma série de questionamentos sobre a forma de interação desempenhada com o uso do WhatsApp e do telefone ao vivo quando tidos como as principais ferramentas na redação. As menções, divididas entre diretas (13%) – com citação do nome do ouvinte – foram menores do que as indiretas (87%), em que as trocas comunicacionais citam essas pessoas como “ouvinte final do telefone”, “morador da comunidade do Lins”, “ouvintes” em geral. Em 92% dos casos, a voz do público que interagiu não esteve presente na programação ao longo da semana do *BandNews Rio*, 1ª edição. A divisão de Quadros (2013) teve intensidade na interação dialógica ampliada, com 80% dos casos que influenciaram no conteúdo sonoro ocorrendo a partir da utilização da plataforma de mensagem instantânea. Em 10% das ocorrências, a interação reacional ampliada abordou temas como o clima, com pedido do âncora Rodolfo Schneider para que os ouvintes enviassem fotos da manhã de segunda (3) e terça-feira (4), dias de frio no Rio de Janeiro.

Na interação dialógica imediata, com trocas comunicacionais de forma pública ao vivo, houve intensidade de 5%, com destaque para dois casos. No primeiro, com temática de segurança, uma professora entrou ao vivo para falar com Ricardo Boechat sobre o sequestro de um colega em Duque de Caxias. A ouvinte repassou dados sobre o carro e como o caso aconteceu e os detalhes da ocorrência, não havendo apuração posterior sobre um possível desfecho com a atuação da polícia. Outro caso envolveu um médico do Hospital Central da Polícia Militar, a respeito das orientações em casos de troca de tiros com bandidos.

Consideramos dois casos como participação espontânea ampliada dos ouvintes. O primeiro deles envolveu o relato sobre a falta de médicos no Hospital Federal de Bonsucesso, que levou a redação a buscar novas informações, ouvir a direção da instituição e obter dados sobre os horários de atendimento dos profissionais. Também em uma denúncia via WhatsApp, o abandono de carros do Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro levou ao pronunciamento da Polícia Civil. Os dados repassados pelo ouvinte continham fotos, o número de automóveis abandonados e até o cálculo do valor no mercado das concessionárias da cidade. Esses dois casos revelam a possibilidade de fonte primária nas discussões que envolvem o modelo AIP de Carpentier (2012). Do restante das ocorrências, 98% representam fontes secundárias que apenas subsidiaram informações que não tiveram continuidade na cobertura ou aprofundamento após a interação.

As temáticas abordadas também são mostras de uma semana de intensa discussão sobre os problemas da segurança pública no estado do Rio de Janeiro. A bala perdida que atingiu uma mulher grávida e forçou o parto antecipado do menino Artur, a morte de duas crianças em comunidades na cidade, tiroteios e roubos a cargas estiveram nas principais abordagens. Após segurança (44%), trânsito (38%) foi o principal foco, como já apresentado por estudos anteriores, além de política (2%), com reclamações sobre a prefeitura de Belford Roxo e a manutenção das grades na Assembleia Legislativa. As promoções da emissora (8%) e a situação do clima (3%) também levaram a interações reativas após o pedido dos jornalistas durante a programação.

A permanência desse tipo de fonte em temáticas que não incluem discussões políticas na sua amplitude também leva ao questionamento sobre a importância da construção da diversidade, com outras abordagens possíveis. Mesmo com intensas disputas políticas e a crise econômica e financeira no estado do Rio de Janeiro e no próprio país, a interação via WhatsApp com essas fontes não favorece a possibilidade de amplos debates públicos. No caso da segurança, os relatos envolvem tiroteios e problemas gerados no trânsito, e não oferecem possibilidade de participação que garanta interpretações variadas sobre as situações vivenciadas nas comunidades.

A maior parte dos dados não se enquadra diretamente nas categorias apresentadas por Quadros (2013), em decorrência do foco da análise no WhatsApp e da coleta do áudio da BandNews FM Rio de Janeiro durante a semana de 3 a 7 de julho. Por outro lado, aprofunda as discussões sobre participação, interação e acesso no radiojornalismo. Na maioria dos casos, as vozes são colocadas como ouvintes imaginados, não citados pelo nome e função na sociedade, e a interação acontece com subsídio direto de fontes secundárias para questões como trânsito e segurança. No quesito acesso, o público não desempenha a mesma função que os órgãos oficiais e depende da espetacularização para se fazer ouvir na troca comunicacional pelos dispositivos de mensagem instantânea. A participação, como consideramos aqui, aconteceu somente em casos nos quais a emissora utilizou os dados dos ouvintes para dar continuidade à apuração, com entrevistas e novos comentários. Essa atuação configura o ouvinte como fonte primária na ótica de Hall et al. (1999); dessa forma, aprofunda-se a discussão sobre a interferência que esse público pode instituir na cobertura de determinados acontecimentos.

### **Considerações finais**

A análise sobre as trocas comunicacionais via WhatsApp no *BandNews Rio*, 1ª edição, mostra a disputa de sentido sendo realizada entre os diversos tipos de fonte no radiojornalismo da atualidade. Aprofundar as discussões sobre participação,

interação e acesso no modelo AIP, de Carpentier (2012), auxilia na construção de considerações sobre as dinâmicas da relação entre jornalista e audiência no subsídio diário de informações. Considerar o ouvinte como fonte é buscar os níveis em que as vozes sociais podem decidir sobre a programação e realmente participar com argumentos sobre o cotidiano de cobertura dos acontecimentos.

O conceito de participação e as características apresentadas durante a semana na emissora mostram uma lógica que se limita ao incentivo para que o ouvinte envie mensagens e possa se manter na audiência da emissora. Não lhe garante a possibilidade de decidir sobre a continuidade, pois as fontes como um todo passam pela seleção do *gatekeeper* nas redações. Por outro lado, é preciso considerar as formas de acesso na diversidade de vozes presente na sociedade, que se dividem em diferentes tipos de fontes – como as populares, que usam esses meios para tentar sensibilizar a imprensa.

Como parte de uma característica do formato de seleção das fontes no radiojornalismo, a interação é a forma mais recorrente de troca comunicacional estabelecida com os ouvintes. O subsídio repassado para os jornalistas preenche uma lacuna e se torna parte do jogo na cobertura dos acontecimentos em meio à diminuição de profissionais. Por outro lado, representa a busca por novos dados a todo o momento, sugerindo aparência de relação com o público e presença efetiva em diferentes setores. Assim como discorre Primo (2012), a respeito da interatividade como discurso de venda da cibercultura, Carpentier (2012) nos leva a questionamentos diretos sobre uma forma fragmentada que não se converte em participação.

É preciso considerar as relações de poder entre os diferentes tipos de fonte na sociedade. Enquanto as populares precisam dispor de ações como a interação via WhatsApp, setores profissionalizados na relação com os jornalistas sugerem a todo momento pautas, entrevistados, personagens e até materiais prontos. O acesso é diferenciado no jogo de poder e relações entre fontes oficiais, profissionalizadas e não profissionalizadas, evidenciando uma circunstância que não representa a diversidade social das vozes. A luta pela participação nos conteúdos é parte do jogo político pelos sentidos no discurso entre os diferentes setores sociais porque interfere naquilo que os jornalistas estão cobrindo.

Em apenas dois casos a pauta teve continuidade da mesma forma que as decisões oficiais; neles, os ouvintes foram definidores primários da continuidade da cobertura noticiosa. A interação e o acesso levaram a uma possibilidade de participação, não como codecisão ou coedição (CARPENTIER, 2007), mas na agência enquanto fonte. A maior parte das situações embasam apenas os dois primeiros estágios que o autor aponta no modelo AIP. O primeiro deles é um acesso encaixado em temáticas específicas, que se resumem a situações sobre os problemas de trânsito ou os tiroteios que se espalham pela cidade.

Não há participação real que altera as relações entre ouvintes como fontes e jornalistas no noticiário, o que implica diretamente na falta de diversidade. As abordagens temáticas, que poderiam ser recheadas de opiniões e relatos de diferentes setores da sociedade, revelam o acesso desigual ao temário presente nas relações de poder (MOLOTCH; LESTER, 1999). Há tentativa de domesticar essas fontes, como afirma Pinsler (2015), para que forneçam dados sobre questões específicas, mas que nem sempre seguem a lógica trânsito-segurança e, assim, possibilitam novas formas de cobertura. A análise foge ao espectro mercadológico presente na busca pela “participação” e considera a necessidade do aprofundamento sobre sua definição conceitual e como aplicá-la nas pesquisas sobre a relação entre jornalistas e fontes.

## Referências

ALSINA, M. R. *A construção da notícia*. Petrópolis: Vozes, 2009.

BECKER, B. Todos juntos e misturados, mas cada um no seu quadrado: um estudo do RJTV 1ª edição e do Parceiro do RJ. *Galáxia*, São Paulo, n. 24, p. 77-88, dez. 2012.

CAROLE, P. *Participação e teoria democrática*. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

CARPENTIER, N. Participation and interactivity: changing perspectives – the construction of an integrated model on access, interaction and participation. In: V. NIGHTINGALE; T. DWYER (Ed.). *New media worlds: challenges for convergence*. Melbourne: Oxford University Press, 2007. p. 214-230.

\_\_\_\_\_. The concept of participation: if they have access and interact, do they really participate? *Fronteiras*, São Leopoldo, v. 14, n. 2, maio-ago. 2012.

FERRARETTO, L. A. *Rádio: teoria e prática*. São Paulo: Summus, 2014.

GOFFMAN, E. A fala do rádio – um estudo dos percursos dos nossos erros. In: MEDITSCH, E.; ZUCULOTO, V. *Teorias do rádio: textos e contextos*. Florianópolis: Insular, 2008. v. 2.

HALL, S. et al. A produção social das notícias: o mugging nos mídia. In: TRAQUINA, N. (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1999.

JENKINS, H. *Cultura da convergência*. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2008.

JENKINS, H.; CARPENTIER, N. Theorizing participatory intensities: a conversation about participation and politics. *Convergence*, Newbury Park, v. 19, n. 3, 2013.

KISCHINHEVSKY, M. *Rádio e mídias sociais: mediações e interações radiofônicas em plataformas digitais de comunicação*. Rio de Janeiro: MauadX, 2016.

KLOCKNER, L. *As redes sociais no jornalismo radiofônico: as estratégias interativas adotadas pelas rádios Gaúcha e CBN*. Porto Alegre: Evangraf, 2011.

LAGE, N. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LOPEZ, D. C. *Radiojornalismo hipermediático: tendências e perspectivas do jornalismo de rádio all news brasileiro em um contexto de convergência tecnológica*. Covilhã: LabCom Books, 2010.

MARTÍN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

MOLOTCH, H.; LESTER, M. A notícia como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, N. (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1999.

MONCLÚS, B. et al. Listeners, social networks and the construction of Talk Radio Information’s discourse in the 2.0 Age. In: BONINI, T.; MONCLÚS, B. *Radio audiences and participation in the age of network society*. London: Routledge, 2015.

PATEMAN, C. *Participação e teoria democrática*. Tradução Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PINSELER, J. Domesticated voices: listeners participation. In: BONINI, T.; MONCLÚS, B. *Radio audiences and participation in the age of network society*. London: Routledge, 2015.

PINTO, M. Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo. *Comunicação e Sociedade*, Braga, v. 14, n. 1-2, p. 277-294, 2000.

PRIMO, A. *Interação mediada por computador: comunicação, cibercultura, cognição*. Porto Alegre: Sulina, 2007.

\_\_\_\_\_. Interações mediadas e remediadas: controvérsias entre as utopias da cibercultura e a grande indústria midiática. In: PRIMO, A. (Org.). *Interações em rede*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

QUADROS, M. R. *As redes sociais no jornalismo radiofônico: as estratégias interativas adotadas pelas rádios Gaúcha e CBN*. 240 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) –Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

QUADROS, M.; AMARAL, M. F. O ouvinte-enunciador nas narrativas radiofônicas: as disputas pelo poder de voz. *Rizoma*, Santa Cruz do Sul, v. 4, n. 2, p. 108-121, dez. 2016.

QUADROS, M.; OLIVEIRA, J. M. Identidade jornalística e participação no rádio: considerações a partir da percepção dos profissionais de Santa Maria/RS. *Mediação*, Belo Horizonte, v. 18, n. 23, p. 99-112, jul.-dez. 2016.

SCHMITZ, A. A. *Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo*. Florianópolis: Combook, 2011.

SHOEMAKER, P. J., VOS, T. P. *Teoria do gatekeeping: seleção e construção da notícia*. Porto Alegre: Penso, 2011.